

Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionantes do movimento estudantil

Por terra, a túnica em pedaços,
Agonizando a Pátria está.
Ó Mocidade, oiço os teus passos!...
Beija-a na frente, ergue-a nos braços,
Não morrerá!

(Guerra Junqueiro, *Finis Patriae*, 1891)

O estudante é uma esperança. Consubstancia em si o futuro.
Os desiludidos confiam nas escolas como os antigos reis magos
confiavam na sua estrela.

(S. Magalhães Lima, «O jornal dos estudantes», in *Liberdade*
de 31 de Janeiro de 1901)

1. Uma sociedade, uma classe, um grupo, quando se detêm em pensamento reflexivo, tendem a problematizar-se em três vectores diacrónicos. Feito o balanço das jornadas idas e questionado o tempo corrente, volve-se o olhar para mais além e traçam-se os contornos do porvir. Correlativamente, avaliam-se as forças juvenis que se vão enfileirando para a passagem do testemunho. Épocas há em que esta preocupação se torna obsidiante. Épocas de crise.

Exemplifiquemos: o apelo ao dinamismo arrebatador das novas camadas geracionais irrompe com flagrância na prática discursiva republicana após 1890, salientando-se uma acentuada visão épico-messiânica da mocidade — não uma qualquer mocidade, mas, em particular, a «mocidade das escolas» —, um quase culto da juventude indomável e sábia, caritativa e magnânima. Junqueiro exaltou-a, de modo paradigmático, nesse *Finis Patriae* de que quase sempre só retemos a toada decadentista e funebremente pessimista das estrofes iniciais. Sebastião Magalhães Lima santificou-a, metamorfoseando jovens escolares em cruzados de novas Jerusaléns. À boa maneira positivista, os estudantes envergam a capa de heróis virtuosos, detentores do fogo sagrado da ciência, pedras basilares da consecução do progresso. Na tradição da gesta romântica de 1848, a academia compadece-se com a misé-

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ria dos desprotegidos da sorte, tranquilizando-os com a sua mensagem de esperança:

[...] enquanto houver um académico para mendigar pelas portas e um jornal para clamar justiça, haveis de nos encontrar ao vosso lado com toda a força da nossa mocidade e toda a simpatia das nossas crenças ¹.

Enquanto houver um jornal para clamar justiça... Na estratégia republicana para a tomada do poder não foi descurado o papel dos organismos propagandísticos, no intuito, louvável, de tornar comum a uma cada vez maior parcela da sociedade os princípios doutrinários do republicanismo e da democracia liberal. Também neste sector específico foi atribuído um relevo enfático ao contributo que os estudantes poderiam tributar à causa da revolução. A apetência destes para se vincularem a uma política anticonservadora vinha sendo estimulada por factores endógenos e exógenos de já longa data. Reportando-se à década de 60, Eça de Queirós, em texto memorativo de Antero de Quental, inventariou para a posteridade um razoável acervo de elementos capazes de perturbar o mais abúlico dos seres:

Cada manhã trazia a sua revelação, como um Sol que fosse novo. Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico, e Proudhon; e Hugo tornado profeta e justiceiro dos reis; e Balzac, com o seu mundo perverso e lânguido; e Goethe, vasto como o universo; e Poe, e Heine, e creio já que Darwin, e quantos outros! ².

Mas não só as novas teorias políticas, os diferentes ideais ético-filosóficos, as renovadoras conquistas científicas, as audazes propostas de um romantismo em mutação, vieram convulsionar os espíritos. Em 1871, a Comuna de Paris, em 1873, a República em Espanha. Duas experiências fugazes, duas marcas indeléveis. José Falcão faz circular um opúsculo em glória dos *communards*, suscitando a emergência de núcleos republicanos; em Coimbra festeja-se ruidosamente a queda da monarquia vizinha, solidarizando-se com o acontecimento alguns membros do corpo docente da Universidade, como, por exemplo, Manuel Emídio Garcia, Mendonça Cortês e Rodrigues de Brito, significativas excepções num meio consabidamente esclerosado e avesso à agitação das suas estruturas. Porque, e aqui depara-se-nos um dos tais factores de raiz endógena, «a Universidade era, com efeito, uma grande escola de revolução» ³, um modelo miniatural do burocratismo, servilismo e mediocridade em que se plasmava o quotidiano português.

Num relance pelas movimentações estudantis que se desenham nas derradeiras três décadas de Oitocentos torna-se difícil dissociar as condicionantes políticas dos interesses especificamente académicos. À constituição, em 1871, da primeira e efémera Federação Académica de Lisboa não deve ter sido estranho o ideal federativo proudhoniano, expresso anteriormente numa proposta de Pacto Federal das Escolas do Reino de Portugal e Suas Dependências, proveniente de uma comissão a que pertenceu Jaime Batalha Reis.

¹ V. «A fome», in *A Justiça (Jornal Académico Republicano)*, n.º 9, Lisboa, 19 de Junho de 1891, p. 1.

² Eça de Queirós, «Um génio que era um santo», in *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d., p. 254. Antero de Quental, não o esqueçamos, pertence à legenda dos dirigentes carismáticos da falange progressiva da academia coimbrã.

³ Id., *op. cit.*, p. 258.

Em 1880, aquando do tricentenário de Camões, alunos do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa fundam a Associação Camoniana José Vitorino Damásio, local onde os intuitos beneficentes se mesclam com a apologética republicana. Quanto aos princípios que nortearam, a partir também de 1880, a organização da Associação Académica de Lisboa, cujos Estatutos datam de 1882, filiam-se numa intenção, relativamente lograda, de desenvolver a consciência corporativa entre estudantes de diversas escolas e graus de ensino, bem como de reivindicar os seus direitos. Um pouco mais tarde, em 1887, congregam-se os alunos da academia de Coimbra numa Associação de existência duradoura, fenómeno justificável pelo particularismo caracterizador do pequeno universo escolar desta cidade.

Não percamos, contudo, o fio da meada. Falávamos da simbiose juventude/republicanismo, enquanto catalisadora de um processo de expansionismo ideológico. Entre os estratos mais dinâmicos e lúcidos da jovem burguesia frequentadora do meio académico é nítida a percepção, sobremaneira após o despoletar da crise de 1890, de que a questão ingente da necessidade de uma total remodelação do sistema educativo passa por um novo equacionamento dos dados políticos e institucionais, quiçá pela revolução armada. A derrota do 31 de Janeiro e o consequente agravamento de certas tensões latentes entre os principais obreiros do projecto republicano contribuíram, decisivamente, para ampliar a crença numa academia em que se julga ver consubstanciada a verdadeira alma e vitalidade nacionais. Invocam-se actos de romântica bravura praticados desde logo em plena Restauração, continuados nas lutas peninsulares de 1808, confirmados nos combates em prol do liberalismo nos conturbados anos da guerra civil. Mas, para a sensibilidade epocal, em 1891, e mais do que nunca, «É doloríssima a crise que atravessamos. Depois da perda da honra e dos territórios, jaz o País adormecido, deixando tripudiar impunemente os parasitas. O povo, a eterna vítima dos impostos, dos monopólios e dos sindicatos, já não sabe para quem apelar. Na monarquia tudo corrupto, cínico, incapaz de um sacrifício que salve a Nação. No campo republicano, as facções a distanciarem os homens que deviam ter a compreensão do momento histórico e salvar o País, que tudo espera deles»⁴. Que resta então? Resta acreditar na academia como outrora se acreditou em Nun'Álvares. «Ressuscitemos Nun'Álvares. Ergamos o seu vulto, quer nas escolas quer nos templos», foi a palavra de ordem proferida por Guerra Junqueiro no comício promovido pelo Grupo Republicano de Estudos Sociais em 27 de Julho de 1897⁵. Grupo este que marca o início de uma nova fase na organização das forças juvenis do republicanismo.

Fundado em 1895 por um grupo de estudantes, o Grupo Republicano de Estudos Sociais desempenhou um papel relevante na propaganda anticlerical e antimonárquica, actuando quer através de conferências e comícios, quer no seio das instituições de ensino. Contou com a colaboração de figuras prestigiadas, como João Chagas, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga. Anos mais tarde, mais precisamente em 1900, dá lugar à Liga Académica Republicana, a qual funcionou durante dois anos, reunindo-se os seus sócios nas instalações do periódico *A Vanguarda*, cuja direcção competia a Sebastião de Magalhães Lima, incansável adepto da juventude, considerada, numa perspectiva organicista, como mítica força revitalizadora do tecido social. Maga-

⁴ «A academia», in *A Justiça (Jornal Académico Republicano)*, n.º 20, Lisboa, 4 de Julho de 1891, p. 1.

⁵ V. Guerra Junqueiro, *Horas de Luta* (prefácio de Mayer Garção), Porto, 1973, 2.ª ed. (1.ª ed.: 1924), p. 93.

lhães Lima, aliás, foi um dos mais constantes colaboradores do jornal *A Liberdade*⁶, porta-voz da Liga; este jornal orgulhava-se de uma plêiade de participantes verdadeiramente notável e que, por si só, expressa, com vigor, a importância atribuída à «mocidade das escolas» na estratégia política e no imaginário republicano; assim, e para além do já citado Magalhães Lima, faziam parte da lista de colaboradores d'*A Liberdade*: Agostinho Fortes, Brito Camacho, França Borges, Heliodoro Salgado, João Chagas, Sampaio Bruno, Manuel Coelho, Mayer Garção, Alexandre Braga, Guerra Junqueiro, Celestino de Almeida, Jacinto Nunes, entre outros.

A um outro nível, e paralelamente à estruturação de ligas e centros republicanos académicos⁷, assiste-se ao fervilhar de associações cujo carácter secreto as nimba de sedução cativante. Situa-se nesta categoria a Maçonaria Académica, matriz da Carbonária Portuguesa⁸. Composta exclusivamente por estudantes das escolas superiores de Lisboa, foi presidida, desde finais de 1895, pelo então também estudante Luz de Almeida. Aos filiados, que se encontravam repartidos por quatro lojas — Futuro, Justiça, Independência e Pátria —, era administrada instrução militar, a fim de, logo que surgisse a ocasião propícia, tornar possível a organização de um batalhão académico verdadeiramente operacional.

Resumindo: quer através de organismos legalmente constituídos, quer mediante a sua inserção em sociedades iniciáticas, parte da juventude académica foi efectuando a sua aprendizagem política, adquirindo um maior grau de consciência possível das formas mais adequadas ao desenvolvimento da classe a que maioritariamente pertencia. Não nos iludamos, porém, quanto à natureza do percurso trilhado por este grupo específico até à revolução de 1910. Se a torrente verbal dos mais inflamados tribunos faz acreditar na existência de um entusiasmo em constante ascensão, a leitura atenta dos jornais oriundos do meio académico atenua esta imagem de triunfalismo. Em 1901, ano em que dá os seus primeiros passos, em Coimbra, o Centro Académico de Democracia Cristã, que se propõe o papel de trincheira antijacobina, o jornal *A Liberdade* convida a academia de Lisboa a levantar-se da «apatia degradante» em que tem estado imersa, dando como exemplo o reinício da movimentação dos estudantes republicanos de Coimbra, unidos num processo de luta contra o decreto do ministério Hintze Ribeiro que praticamente autorizava a existência de ordens religiosas em Portugal⁹.

Nos anos subsequentes à promulgação do decreto, e perante o bom acolhimento proporcionado às escolas e colégios orientados por membros do clero, agudiza-se o contencioso existente entre os estudantes republicanos e

⁶ O jornal *A Liberdade* foi publicado pela primeira vez no dia 31 de Janeiro de 1901. Intitulando-se, inicialmente, *Jornal dos Estudantes Livres*, passou a denominar-se, em subtítulo, *Diário Republicano Académico* a partir de 1 de Maio de 1901.

⁷ Em 28 de Janeiro de 1906 realizou-se a sessão inaugural do Centro Republicano Académico de Coimbra. Usaram da palavra os Profs. Bernardino Machado e Afonso Costa. Entre os convidados destacavam-se: António José de Almeida, Manuel de Arriaga e França Borges.

⁸ «Em 1896, o carbonarismo em Portugal surgiu de novo, mas sem a menor relação com o de 1864, que desapareceu para sempre. A organização, o ritual e os próprios processos de conspiração e de combate eram totalmente diferentes.» (V. Borges Grainha, *História da Franco-Maçonaria em Portugal/1733-1912*, Lisboa, Vega, reedição de 1976, p. 140).

⁹ «Começam a movimentar-se as academias. Coube desta vez à mocidade de Coimbra a iniciativa do movimento de protesto contra as ordens religiosas, infamemente toleradas, ilegalmente constituídas, porque dispõem da mais alta influência, à sombra da qual vão minando pouco a pouco, lançando os tentáculos a tudo o que podem alcançar [...]» [V. «Os Jesuítas», in *A Liberdade (Jornal dos Estudantes Livres)*, n.º 4, Lisboa, 22 de Fevereiro de 1901. p. 1.].

as velhas estruturas universitárias, identificadas com o clericalismo e o jesuitismo. «Abaixo a Universidade Fradesca, a Universidade Inquisição», foi o grito vibrante que deu impulso à greve académica de 1907. Greve que visou mais longe, no alvo das suas críticas, do que quiseram deixar pensar os dirigentes académicos e os chefes políticos do republicanismo, cuja principal preocupação consistiu, por razões de ordem tática, em circunscrevê-la num âmbito meramente escolar¹⁰. Contudo, como impedir a íntima conexão entre a crítica de uma dada forma de organização do todo social e o combate ao sistema educativo segregado pelas instituições da classe que detém o poder político numa sociedade?

Na primeira semana de Fevereiro de 1909 constitui-se, em Lisboa, mais um centro aglutinador de estudantes republicanos, o Centro Democrático Académico, que se arvora a missão de ser uma espécie de consciência crítica do Partido Republicano Português. Quanto ao problema da educação, o Centro «interessar-se-á e procurará interessar a sociedade portuguesa, especialmente a sua *élite* intelectual, por todos os problemas pedagógicos de indispensável solução entre nós, como sejam a refundição do ensino politécnico e médico, a criação duma Faculdade de Letras e de uma Escola Normal de Ensino Superior, a instituição em Lisboa de uma Escola de Direito, baseada na orientação moderna dos estudos sociais e jurídicos e absolutamente independente da Escola de Coimbra»¹¹.

O facto de o Centro Democrático Académico de Lisboa ter decidido pela sua não filiação no Partido Republicano Português, alegando critérios de «honestidade política», na medida em que se pretende reservar «o direito de livre apreciação e crítica»¹² é sintomático de uma atmosfera onde a unanimidade ideológica se vai rarefazendo, acaso alguma vez tenha verdadeiramente existido. Isto é, se a ideia de república como negação da ideia de monarquia não está em causa, já se vai tornando mais problemático reunir um perfeito consenso quando se colocam na mesa questões que exigem uma definição rigorosa dos conceitos e uma corajosa assunção dos compromissos históricos.

2. Implantado o regime republicano, que perspectivas se abriram para essa «mocidade das escolas» tão lisonjeada durante os tempos da propaganda oposicionista? O desencanto manifesto nas páginas dos jornais «republicanos académicos», poucos meses após a euforia que rodeou a revolução, traduz a existência de um crescente desencontro entre os que aspiram a uma radical transformação das estruturas universitárias e aqueles que, tornados sóbrios e sisudos pelas novas responsabilidades governativas, fazem a apologia da moderação. Enquanto, nas escolas, se reivindica a equidade nas relações docente/discente, a par de uma nova metodologia de ensino, enquanto, em Coimbra, a chamada «falange demagógica» investe contra os símbolos da tradição¹³, António José de Almeida, na sua função de ministro do Interior,

¹⁰ Natália Correia recolheu um conjunto fundamental de documentos para o estudo monográfico desta greve, que se encontram publicados no livro *A Questão Académica de 1907* (prefácio de Mário Braga), Lisboa, Minotauro, 1962.

¹¹ V. *A Revolta (Semanário Republicano Académico)*, Coimbra, n.º 11, de 13 de Fevereiro de 1909.

¹² *Ibid.*, p. 2. Entre os filiados no Centro Democrático Académico destaca-se Fidelino de Figueiredo, então estudante do Curso Superior de Letras.

¹³ «Com um programa semelhante ao dos *intransigentes* da greve de 1907 formou-se em Coimbra, no alvorecer da República, um grupo académico, de 'renovação democrática', que, a si próprio se denominando de *falange demagógica*, investiu, em 17 de Outubro, a tiro de cacete, as *doutrinas* e a decoração da *Sala dos Capelos*, chegando até a perfurar, à bala, algumas das efígies que ali formam, ainda hoje, a galeria histórica dos monarcas portugueses.» (V. A. José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, p. 84).

declara em plena Assembleia Constituinte que «Quem praticou actos dignos de castigo há-de ser castigado, porque é preciso que a ordem se implante, de uma vez para sempre, em Portugal»¹⁴.

Frustrado o radicalismo juvenil perante o evoluir dos acontecimentos e dos actores históricos, iludidas as expectativas numa República afeiçoada aos mais nobres ideais de incorruptível intransigência política, de generosa justiça social, de coerente cumprimento das suas promessas, adiada, enfim, a concretização da Utopia, são encetados outros caminhos, alinhadas outras tendências. Um pouco por todo o lado trabalha-se, de novo, na reorganização do movimento associativo, planeando-se o relançamento da Federação Académica de Lisboa.

Em 1913, após um movimento iniciado em Março pela Associação Académica do Instituto Superior do Comércio, logo secundado pelas associações Académicas das Faculdades de Letras e Ciências, da Escola de Medicina Veterinária e dos Institutos Superiores Técnico e de Agronomia, é fundada a tão almejada Federação Académica de Lisboa¹⁵. Dois anos mais tarde, em Março de 1915, publica-se o primeiro número da *Revista da Federação Académica de Lisboa*, precioso documento para o estudo do clima ideológico no meio estudantil, cinco anos volvidos sobre o 5 de Outubro e em plena ditadura de Pimenta de Castro.

Principiemos por indicar a lista dos colaboradores: pelos professores, o reitor da Universidade de Lisboa, Almeida Lima; o futuro dirigente da Cruzada Nun'Álvares, professor e director da Escola Colonial, Anselmo Braamcamp Freire; o futuro dirigente do Centro Católico, professor no Instituto Superior do Comércio, António Lino Neto; e, ainda, Belo Morais, da Faculdade de Medicina, Silva Teles, da Faculdade de Letras, J. Antunes Pinto, director da Escola de Medicina Veterinária, Ernesto de Vasconcelos, da Escola Colonial, Francisco da Veiga Beirão, do Instituto Superior do Comércio, entre outros¹⁶. Em representação dos estudantes colaboravam: Moses Bensabat Amzalak, que virá a distinguir-se como dirigente da Associação Comercial de Lisboa e da União dos Interesses Económicos; Francisco de Almeida Carmo e Cunha, A. Morais Sarmento, Joaquim José de Barros, José dos Santos e Silva e Maurício Monteiro.

Os propósitos da *Revista*, que pretendem ser idênticos aos propósitos da Federação de que é porta-voz, são enunciados no artigo de apresentação. Depois de se declarar que em torno da bandeira da Federação Académica, «símbolo da obra de confraternização e progresso que se propõe efectivar», se enfileiram, «como soldados do Bem e do Dever», todos os estudantes, prontos a defenderem os seus interesses, «que são os interesses da Pátria», é abordado o plano de realizações que a *Revista* pensa levar a cabo:

Propondo-se realizar uma obra verdadeira e acentuadamente patriótica, esforçar-se-á por inserir artigos em que se abordem e discutam prin-

¹⁴ António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol III, p. 77.

¹⁵ A ideia de congregar os principais dirigentes estudantis num Congresso que servisse de ponto de partida para um novo alento do movimento associativo tinha já sido ventilada em 1890 e, posteriormente, em 1909, desta feita por sugestão do Centro Democrático Académico de Lisboa. Em ambos os casos, a prioridade concedida à actividade política no seio da oposição republicana desmobiliza os esforços conducentes à efectivação do congresso.

¹⁶ Podemos ainda acrescentar os nomes de Cincinato da Costa, professor no Instituto Superior de Agronomia; José Eugénio Dias Ferreira, professor no Instituto Superior do Comércio; Pedro José da Cunha, director da Faculdade de Ciências; Fernandes da Cruz, professor na Escola Superior de Farmácia, e Joaquim Rasteiro, professor no Instituto Superior de Agronomia.

principalmente assuntos de interesse nacional, desde a mais simples comemoração histórica que recorde passadas glórias até aos mais complexos e autorizados projectos de comércio, de indústria, de agricultura, de finanças, de colónias, de instrução e educação que possam directamente concorrer para o renascimento português, fazendo ingressar a Nação no movimento moderno, de que anda, infelizmente, tão afastada ¹⁷.

A vocação da academia para os altos voos da história surge-nos, agora, alicerçada nos valores Progresso, Dever, Renascimento e Pátria. Poder-se-á objectar que foi em nome do Progresso e para o Renascimento da Pátria que se difundiu o ideal da República. Nada mais exacto. Simplesmente, antes de 1910 foi o valor máximo República que a academia, com toda a carga de religiosidade e utopismo que caracteriza os grandes impulsos colectivos, orientou a sua acção. Ulteriormente, tanto em 1915 como em 1918 e, mais tarde, em 1926, um vasto sector da juventude, que ainda se reclama do republicanismo, tende a apostar numa revisão das formas que configuram o regime republicano. Neste sentido, muitos apoiam o professor Lino Neto quando este escreve, na *Revista da Federação Académica de Lisboa*, que «a unidade da Pátria está enfraquecida. Todos os partidos políticos dos últimos 85 anos, além de outros factores de secundária importância, fizeram dela o que quer que seja de triste e de confrangedor» ¹⁸. Uns poucos, noutro quadrante ideológico, escutam o pedagogo António Sérgio, lêem as suas palavras:

Cumprê à mocidade estudar e discutir as questões vitais do seu país, mas de maneira alguma imiscuir-se nas brigas partidárias; o seu dever é exprimir, *acima dos partidos* (de todos eles) o verdadeiro protesto da Nação [...] ¹⁹

Outros há, porém, que, teimosamente fiéis ao ideário que lhes foi legado pelos seus antecessores, acorrem sempre que vêem perigar o sistema republicano liberal e parlamentar.

3. Em Abril de 1918, uma comissão de alunos da Universidade de Lisboa convida «a mocidade republicana das escolas e toda a mocidade republicana, seja qual for o ramo de actividade a que se dedique», a comparecer numa reunião que terá por finalidade a fundação de uma Liga Republicana onde se possam congregar «todos os republicanos da nova geração, com ou sem filiação partidária» ²⁰. A intenção de ilibar esta iniciativa de possíveis acusações de sectarismo partidário transparece no cuidado com que se estabelecem os contactos. Grupos de estudantes dialogam com Brito Camacho,

¹⁷ V. *Revista da Federação Académica de Lisboa*, n.º 1, Março de 1915, pp. 1-2.

¹⁸ A. Lino Neto, in *Revista da Federação Académica de Lisboa*, n.º 1, p. 10.

¹⁹ A. Sérgio, in *Pela Grei*, n.º 3, de Julho de 1918, p. 188.

²⁰ V. «A mocidade republicana», in *O Mundo* de 24 de Abril de 1918, p. 1; a propósito da reorganização dos jovens republicanos, podemos ler no jornal *O Mundo* de 29 de Abril de 1918, na sua primeira página, as seguintes informações:

Há muito que a ideia generosa e alta do centro republicano académico, onde, sem distinção de partidos, se juntassem todos os republicanos das escolas, andava na alma da academia. Já depois da implantação da República têm sido fundados, com um maior ou menor êxito, na Universidade de Coimbra centros republicanos académicos, alguns de natureza partidária, outros simplesmente republicanos. Em Lisboa, depois da revolução de 14 de Maio, tentou-se na academia a fundação dum centro republicano.

com um elemento do Directório do Partido Democrático e com um membro da Junta Central do Partido Evolucionista.

Enquanto na capital se procede às operações de lançamento da Liga Nacional da Mocidade Republicana, em Coimbra, os jovens republicanos agitam-se em torno da construção do seu Bloco Académico Republicano; por seu turno, no Porto avança-se com a organização do respectivo Grémio Académico Republicano. Mais uma vez a República se socorre do aval da juventude para demonstrar aos incrédulos a justeza das suas razões.

A conjuntura política de 1918 não é, contudo, propícia a uma reedição das jornadas gloriosas de 1890. Não é só contra a polícia de Sidónio Pais e a crescente arrogância dos monárquicos de todos os matizes que se tem de lutar. Divergências profundas, e de longa data, fraccionam a família republicana, provocando inevitáveis divórcios. Um escasso mês após a primeira convocatória para os trabalhos preparatórios da organização da Liga já Nóbrega Quintal, chefe de gabinete de António José de Almeida e um dos principais impulsionadores deste projecto, declarava:

A princípio pretendeu-se-lhe dar um carácter abstractamente republicano, isto é, onde se olhasse ao *facto de o ser*, e não à *maneira de o ser*. Assim entrariam nela estudantes afectos à actual situação. Desde a primeira hora que me opus a tal programa. Uma Liga da Mocidade Republicana não poderia, já não digo pactuar, mas transigir sequer com a República que para aí está, uma República vazia de sentido republicano ²¹.

De depuração em depuração, o processo construtivo da Liga caracteriza-se por uma acentuada morosidade ²²; entretanto, as camadas intransigentemente conservadoras e nacionalistas do republicanismo agitam o pendão de Nuno Álvares Pereira, aliciando grande parte dos estudantes «afectos à actual situação», de que falava Nóbrega Quintal ²³.

Superado o interlúdio sidonista, a actividade das ligas, blocos e grêmios académicos republicanos logo se esbate num remoer narcisista da mais recente proeza das suas hostes — o combate do Batalhão Académico nas faldas de Monsanto. Mas o evoluir dos acontecimentos históricos não se compadece com as pequenas distrações humanas. Côncios desta verdade estão os jovens que, no dealbar de 1924, se propõem ressuscitar, em novos moldes, a União da Mocidade Republicana. Rodrigues Miguéis, presidente do movimento, lança um alerta, traça um programa, aponta uma outra rota: «Responsabilidades bem graves, bem duras, pesam sobre os novos de hoje. As gerações passadas agitaram à luz do ideal ardente a bandeira vermelha da revolta; abriram para os ventos desordenados que então sopravam sobre as fórmulas políticas em decadência e ruína as suas palavras como fogo e lava. Mas passadas as horas da luta, horas de perigo incerto, horas de febre — eles, que não haviam cultivado mais do que o sentimento republicano, sem cuidarem talvez, que acima desse é mister que vibre a inteligência construtora das democracias, viram-se a braços com as maiores dificuldades e não puderam, ainda que o desejassem, conjurar os perigos e destruir os erros. [...]

²¹ V. *O Mundo* de 26 de Maio de 1918, p. 1.

²² Em Agosto de 1918 ainda decorre a discussão do programa da Liga; a publicação do jornal *A Mocidade*, efêmero porta-voz da Liga Nacional da Mocidade Republicana, efectua-se somente em Outubro do mesmo ano e nele colaboram os principais dirigentes da Liga: Nóbrega Quintal, João Camoesas, etc.

²³ Referimo-nos, obviamente, à Cruzada Nun'Álvares Pereira, fundada em 18 de Julho de 1918.

Lançadas, em Portugal, as bases do regime republicano [...] falta-nos, como escreve um grande espírito da nossa terra, criar «uma *élite* política e científica com força bastante para enquadrar a massa e torná-la digna, finalmente, da gloriosa história dos seus avós». Eis, nessas palavras, realmente desenhada a face política da questão portuguesa. É perante este problema fundamental — criação das *élites* políticas e pensantes — que a mocidade portuguesa tem de agir e reagir ²⁴.

4. É tempo, talvez, de nos questionarmos sobre a real dimensão e projecção de todos estes grupos saídos dessa vaga e abstracta «mocidade das escolas» para quem um dia Guerra Junqueiro apelou. É tempo de tentarmos averiguar até que ponto o movimento estudantil, durante o tempo que medeia entre o apogeu e a queda de uma certa ideia de realizar a República, não sofreu as consequências do forte partidarismo da juventude, radicalizada em integralismos mais ou menos ortodoxos, em conservadorismos neo-sidonistas ou cruzadistas, em republicanismos de feição jacobina ou socializante e, na transição da década de 20 para a década de 30, no marxismo-leninismo do reorganizado Partido Comunista Português.

A resposta à nossa primeira interrogação não é fácil, se nos quisermos estribar em dados estatísticos, dada a escassez de elementos desta natureza de que dispomos. Desconhecemos as listas de adesões e só muito esporadicamente as detectamos com um ou outro número veiculado pela imprensa afecta às organizações ²⁵. Um dos principais objectivos, desde sempre, dos centros e ligas académicos consistiu na promoção de conferências, por vezes na realização de comícios; também aqui nos surgem hesitações, quando procuramos medir o alcance da palavra dos oradores através duma impossível contabilização dos participantes. E já nem sequer falamos da ignorância que temos da tiragem dos poucos jornais «republicanos académicos» que conseguem sobreviver ao heroísmo do primeiro exemplar...

Certo é que a capacidade de expansão de uma ideia se não pode aquilatar unicamente pelo número inicial dos seus apóstolos e seguidores, mas antes pela sua maior ou menor adequação às necessidades dos grupos sociais a quem se dirige e ainda «quando demonstra saber enfrentar os grandes campeões das tendências opostas, quando resolve com os próprios meios as questões vitais que eles puseram, ou demonstra peremptoriamente que tais questões são falsos problemas» ²⁶. Parece-nos que de 1880-90 até 1910, com todos os fluxos e refluxos inerentes a qualquer processo histórico, a difusão do corpo doutrinário e ideológico republicano contou com a participação de um substancial contingente de jovens estudantes, sobretudo dos cursos superiores. A sua inclusão na estratégia dos dirigentes do Partido Republicano Português decorre não só de uma mítica e mística imagem da «mocidade das escolas», mas talvez essencialmente da verificação da existência de uma dinâmica *sui generis* no meio académico, consequência, em parte, dos condicionanismos específicos a esse meio.

Após 1910, a correlação de forças no meio académico sofre uma considerável alteração. Os testemunhos que nos chegaram dão conta de um inque-

²⁴ V. José Rodrigues Miguéis, «União da mocidade republicana», in *Seara Nova*, n.º 32, de 1 de Março de 1924.

²⁵ Por exemplo, o jornal *O Mundo* de 26 de Maio de 1918 noticia a adesão de 300 jovens à Liga Nacional da Mocidade Republicana.

²⁶ A. Gramsci, «Os intelectuais», in *Obras Escolhidas*, vol. 1, Lisboa, Estampa, 1974, p. 188.

tante acréscimo de desinteresse e apatia pela *res publica*; se esses testemunhos provêm do sector republicano, predomina o espanto ocasionado pela eficácia revelada pelos monárquicos integralistas em captar para a sua mundividência grande parte da juventude. Quando, em 1918 e nos primeiros meses de 1919, quando até em 1926 e, com particular incidência, nos anos imediatamente posteriores a esta data, se glorifica de novo o espírito generoso e idealista da «mocidade das escolas» republicana, julgamos assistir a um acto de exorcismo, que só provisória e superficialmente actua sobre as sombras que se pretende esconjurar. No entreacto tentam-se explicações, apontam-se soluções. De um modo geral, existe a convicção de que a principal causa do desinteresse da juventude pelos princípios democráticos advém do carácter conservador ou mesmo reaccionário do corpo docente das várias escolas secundárias e superiores do País. No sentido de eliminar o efeito, tomam-se medidas contra a suposta causa, decretando-se a fiscalização do grau de republicanismo dos professores contratados pelo Estado, facto que sempre suscitou o desagrado da instituição universitária, ciosa das suas prerrogativas autonómicas, concedidas precisamente pela República²⁷.

Há quem, no entanto, não concorde com a pertinência dos argumentos que atribuem à educação a fonte do insucesso republicano, recordando que nos tempos da Monarquia se formou uma juventude revolucionária dentro dum sistema caduco de ensino. Há mesmo quem considere que a dilucidação do problema passa pelo uso de outros pressupostos teóricos:

[...] a geração que anda agora nas escolas não representa o Povo português. Com poucas excepções, apenas confirmantes da regra, os rapazes da academia pertencem às classes dominadoras da sociedade portuguesa. Os pobres, os filhos do Povo, não passam da instrução primária, bloqueados pelo preço das propinas e dos livros. Já era assim no meu tempo. Mas, no meu tempo, a classe a que eu e os meus condiscípulos pertencíamos estava solidamente instalada no Poder. Podíamos nós, os moços, permitir-nos idealismos avançados, que a vida e o interesse pessoal mais tarde quase sempre esbatiam, sem que mal de maior viesse ao mundo. [...] Mas agora... Agora que a tormenta anda no céu, o plácido lago antigo tem onda, cria torvelinhos e sacode por si próprio o batel dos nossos privilégios. Como ao outro que diz: a coisa não está para brincadeiras... E os rapazes sentem que, se não defenderem com cuidado a lancha, arriscam-se a ter de nadar. [...] É este o aspecto espiritual da nossa mocidade. Uma agonia de classe que ingenuamente se amarra a princípios de reacção²⁸.

Quanto às condicionantes e limites do movimento estudantil, julgamos não errar ao considerar que eles estão intimamente ligados à ambiência política envolvente do meio académico. Mas não só. Factores de índole específica são poderosos agentes no processo evolutivo de uma dada estrutura. O desenvolvimento do associativismo, sobretudo do associativismo federativo,

²⁷ Dois exemplos: a luta levada a efeito, em 1919, pela Federação Académica de Lisboa contra o propósito de o Governo e o Parlamento intervirem na vida e na orgânica universitária, através da fiscalização da execução das suas leis e da escolha e nomeação do professorado e reitores; em 1926, e durante largos meses, as três academias estão em greve, entre outros motivos, por discordarem de um decreto que torna a contratação de professores dependente de factores de ordem política.

²⁸ Amâncio de Alpoim, «A mocidade das escolas», in *O Povo*, n.º 8, de 9 de Março de 1928, p. 1.

depende de circunstâncias várias, que vão desde o distanciamento espacial entre as diversas escolas, institutos e faculdades, passando pelo desnivelamento social, que conduziu, não raras vezes, a uma hostilidade latente entre, por exemplo, alunos do Instituto Superior Técnico e alunos dos Institutos Industriais²⁹, até à inexistência de uma mentalidade propiciadora dos gestos colectivos.

O impulso que, em 1913, produziu a Federação Académica de Lisboa foi esmorecendo lentamente, apesar dos periódicos sobressaltos suscitados por alegadas violações dos direitos estudantis. Os dois números da *Revista da Federação Académica de Lisboa* atestam bem a pouca consistência da estrutura federativa, sobrevivendo à custa do entusiasmo de meia dúzia de boas vontades. Como todas as regras têm as suas excepções, a Associação Académica do Porto oferece, talvez por razões de ordem sociológica, um panorama relativamente menos sombrio, em especial durante a década de 20, tendo conseguido manter de 1922 a 1929 a publicação regular do jornal *Porto Académico*³⁰. Jornal que, no entanto, não deixa de nos transmitir, em Janeiro de 1929, uma toada de profundo desencanto:

A falta de pensamento e de acção, já não digo da academia do Porto, mas da actual geração académica portuguesa, tem sido um facto tão real, tão patente, que se impõe, com força de evidência, à nossa sensibilidade. [...] A quase totalidade da massa académica encontra-se ainda hoje dominada por um preconceito deplorável. Entende ela que a vida de estudante, para além do tempo ordinário que o seu curso lhe exige, deve ser completamente esgotada pela *blague*, pela facécia, alheada por completo dos problemas graves que afectam a Nacionalidade³¹.

Escassos meses após terem sido escritas estas palavras, a força de novos acontecimentos provocará o agitar das vontades adormecidas.

5. Uma das primeiras manifestações de inconformidade oriunda da juventude republicana, perante o evoluir do processo político desencadeado na Primavera de 1926, surgiu paradoxalmente adentro do tradicional bastião do conservantismo nacional. Pouco mais de um mês volvido sobre a fracassada tentativa de restituir ao País a legalidade institucional, precisamente em 9 de Abril de 1927, um «grupo de rapazes republicanos de Coimbra, mais ou menos dispersos e confundidos no seio dum grémio de estudantes de fama reaccionária, resolveram desfazer esse equívoco e definir, num momento notoriamente difícil da vida nacional, que coisa é o seu republicanismo e em que princípios basilares se sustenta uma consciência cívica de que se ufanam»³².

Liderando a iniciativa, quatro nomes sonantes do Centro Republicano Académico de Coimbra: Carlos Cal Brandão, Paulo Quintela, Sílvio de

²⁹ Outra das causas da greve de 1926 residiu na contestação movida pelos estudantes do Instituto Superior Técnico de Lisboa e da Faculdade Técnica do Porto contra a atribuição do título de «engenheiro-auxiliar» aos formados pelos institutos industriais, alegando que estes se pretendiam confundir com os licenciados pelos institutos superiores...

³⁰ O primeiro número define o jornal como sendo um «Quinzenário de Estudantes da Universidade do Porto»; a partir de Novembro de 1923 o *Porto Académico* passa a considerar-se «Órgão da Associação dos Estudantes do Porto».

³¹ Augusto Saraiva, «Começando», in *Porto Académico* de 26 de Janeiro de 1926, p. 1.

³² V. *Gente Nova*, n.º 1, de 9 de Abril de 1927, p. 1.

Lima e um jovem a quem muitos auguram uma brilhante carreira literária, Vitorino Nemésio. Entre a lista de eventuais colaboradores destacam-se Rodrigues Miguéis e António Sérgio, este último já exilado em Paris, de onde envia alguns artigos para o jornal *Gente Nova* ³³.

Paralelamente ao relançamento das actividades do Centro Republicano Académico de Coimbra, procura-se dinamizar a Associação Académica, partindo esta diligência de um grupo de estudantes que se pretende acima de querelas partidárias ou religiosas. Desde modo, o jornal *Mocidade*, editado pela Associação Académica ³⁴, apresenta-se aos seus potenciais leitores como um exemplo de «imparcialidade, isenção de paixões, ideias claras e desempoeiradas, crítica acerada dos que com culpa prevaricam, perdão pleno para os pobres de espírito, vigor no ataque e lealdade na defesa» ³⁵.

Os tempos, contudo, não corriam de feição para pretensos apoliticismos. Agudiza-se o combate ideológico entre os jovens integralistas de Coimbra, que se expressam através do periódico *A Ideia Nova*, e os jovens republicanos do Centro Académico, que não se abstêm de lançar contra os seus colegas monárquicos graves acusações de vandalismo ³⁶.

Nos primórdios de 1928 ³⁷, e enquanto uma assembleia geral reunida em 22 de Janeiro aprova o novo Estatuto Político do Centro Republicano Académico de Coimbra, reactiva-se o Centro Académico Republicano do Porto, que publica o primeiro número do seu jornal, o *Democracia*, no dia do aniversário do 31 de Janeiro de 1891, data que os republicanos passam a comemorar com redobrada emoção. Subtis diferenças de pressupostos teóricos e de objectivos políticos podem ser detectados nesta fase da vida dos dois Centros. Enquanto o Centro Republicano Académico de Coimbra se define, prioritariamente, como um «grémio de acção e cultura política», orientado para a defesa dos princípios da República democrática, e preconiza «o mais rasgado espírito de reforma no regime da propriedade e do trabalho, no sentido de tornar aquela acessível ao maior número e este produtivo e liberto da tendência da mão-de-obra para o menor esforço» ³⁸, elementos do Centro Académico Republicano do Porto organizam o Comité Académico Operário do Porto, cujo escopo consiste em desenvolver uma forte propaganda contra «o analfabetismo, alcoolismo, integralismo, fascismo, clericalismo, e em defesa da organização operária» ³⁹.

³³ O jornal *Gente Nova*, órgão do Centro Republicano Académico de Coimbra, publica-se, pela primeira vez, no dia 9 de Abril de 1927. O último exemplar por nós recenseado data de 30 de Abril de 1928 e tem como director Vitorino Nemésio.

³⁴ O jornal *Mocidade*, de Coimbra, tem por director José de Matos Brás e por secretário da redacção Carlos Telo de Castro.

³⁵ V. *Mocidade*, n.º 1, Coimbra, de 12 de Maio de 1927, p. 1.

³⁶ V. «Demagogia branca», in *Gente Nova*, n.º 1, Coimbra, de 9 de Abril de 1927, p. 6.

³⁷ O ano de 1928 foi assinalado por um conjunto de medidas governamentais extremamente impopulares junto da camada estudantil, facto que, por si só, terá contribuído para uma maior consciencialização do carácter prepotente da Ditadura Militar. A intenção, consagrada em decreto datado de 12 de Abril de 1928, de extinguir as Faculdades de Direito de Lisboa, de Letras do Porto e de Farmácia de Coimbra, bem como a Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra e as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada (e ainda o liceu da Horta), provocou um surto grevista nas três academias.

³⁸ V. Estatuto Político do Centro Republicano Académico de Coimbra, publicado no jornal *Gente Nova* de 19 de Fevereiro de 1928 (n.º 10, pp. 1 e 6) e de 26 de Fevereiro de 1928 (n.º 11, p. 3).

³⁹ V. *A Notícia* de 15 de Junho de 1928, p. 4. Na primeira reunião deste Comité foram nomeados os seus corpos gerentes, compostos por três estudantes e três operários. Horácio Cunha, chefe de redacção do *Democracia*, foi eleito presidente; Alexandre Pinto, secretário do mesmo jornal, foi escolhido para secretário administrativo do Comité Académico Operário do Porto.

Entretanto, e a fim de tornar mais eficiente e proveitosa a acção dos centros académicos, trabalha-se no sentido de conjugar esforços, coordenando iniciativas que contribuam para viabilizar «um futuro social que nos honre e do qual sejamos dignos», como declara Emídio Guerreiro, em nome do Centro Académico Republicano do Porto, a Vitorino Nemésio, presidente do Centro Republicano Académico de Coimbra; futuro que, reconhece-se, passa pela preparação de «uma verdadeira revolução»⁴⁰.

Os estudantes republicanos da academia de Lisboa não podiam, obviamente, marginalizar-se deste renascimento de velhas práticas e estratégias. Em Dezembro de 1927, e com grande regozijo da imprensa afecta ao Partido Democrático, à Esquerda Democrática e ao Partido Socialista, a Liga dos Estudantes Republicanos de Lisboa participa nas manifestações do dia da Restauração, que se pretendem grandiosas e politicamente significativas. O relativo insucesso que rodeia este acontecimento não faz desmobilizar a jovem vanguarda da oposição republicana à Ditadura Militar. Assim, em Maio de 1928 é posto à venda aquele que virá a ser o mais importante e expressivo jornal da academia republicana, o *Liberdade*.

Uma das facetas mais significativas dos primeiros anos post-28 de Maio reside não só no relevo de novo concedido, pela oposição republicana, ao papel que a propaganda política e ideológica deve desempenhar no seu combate pelo derrube da Ditadura e dos grupos sociais que sustentam, mas, e sobretudo, no conteúdo da mensagem veiculada por essa propaganda. Digamos que, genericamente, a estratégia dos diversos sectores oposicionistas exige a movimentação de três importantes peças: a manobra política tendente a desagregar a mal cimentada facção da classe dominante que se encontra instalada no poder; a revolta armada, englobando militares democráticos e civis; e o apostolado, através da imprensa e dos centros e ligas republicanos, dos princípios do liberalismo e da democracia representativa, herdados das gerações mais progressivas do século anterior. Apostolado que é, essencialmente, antimonárquico e anticlerical.

O jornal *Liberdade*⁴¹, entre outras virtudes, tem a de ser um paradigma. Por sintetizar, de 1928 a 1932⁴², uma maneira de ser e de se conceber⁴³. Por

⁴⁰ V. *O Povo* de 14 de Março de 1928, p. 2.

⁴¹ Publica-se pela primeira vez em 27 de Maio de 1928, tendo como director e editor Virgílio Marinha de Campos e como redactor João Carlos Nordeste. António José de Almeida foi convidado para redigir o primeiro editorial, no qual diz, a dada altura:

Encontramo-nos envolvidos num lance calamitoso, e que o é sobretudo pela confusão das ideias e pela conturbação dos sentimentos. [...] Como sair dele? Só há um processo: disciplinar o pensamento político português.

⁴² O *Liberdade* reflecte uma interessante evolução ideológica dos seus colaboradores. Numa fase inicial, de 1928 a 1930, a tónica é colocada na apologia da obra realizada pela República, contrapondo a esta obra benéfica a acção perniciosa dos monárquicos e dos jesuítas. Numa segunda fase, de 1930 até finais de 1932, começa a ser dada uma particular atenção às relações entre o operariado e a República. Por fim, de 1933 a 1935, o *Liberdade* adquire uma feição progressivamente marxista, predominando a aspiração de «levar a toda a parte onde se sofre, onde se vive inconscientemente, a nossa palavra entusiasta, propagandeando o credo nobilíssimo da emancipação humana», como declara Virgílio Marinha de Campos no n.º 189, de 12 de Janeiro de 1933, o primeiro que ostenta a designação de «Semanário Republicano de Esquerda».

⁴³ «Quando a *Liberdade* apareceu, foi acusada de avançada e de revolucionária. [...] Pois agora há quem a acuse de conservadora e reacçãoária. É certo que ainda não defendeu a supressão do capital, nem a divisão das terras pelos seus leitores. Mas, enfim, tem defendido a República, a *Liberdade*, a Democracia, o Livre-Pensamento, o Estado laico, o aproveitamento obrigatório da propriedade rústica ou a sua alienação, uma mais equitativa remuneração do trabalho e os seguros sociais e tem combatido a reacção política, o clericalismo, a superstição, a guerra, a iniquidade de certas desigualdades económicas, o retrocesso no pensamento

congregar, lado a lado e em ideal camaradagem, velhos e novos republicanos, irmanados na convicção de que, enquanto a academia e a República se derem as mãos, a Pátria «não morrerá». Por, finalmente, assumindo-se embora como jornal «académico republicano», ter privilegiado a luta pela República, secundarizando a existência da academia, excepto quando esta se torna elemento indispensável do jogo político.

Quando, no início do ano lectivo de 1930-31, as eleições nas três associações académicas do País são ganhas por estudantes republicanos, pensa-se que uma irresistível onda de espírito democrático está em formação nas profundezas do descontentamento popular. Quando, entre Abril e Maio de 1931, se agitam bandeiras vermelhas nas faculdades⁴⁴, olhos postos no exemplo oriundo da Madeira⁴⁵, corações alvoraçados pelas notícias trazidas de Espanha⁴⁶, acredita-se que um retorno rápido à República liberal e parlamentar pertence ao universo dos possíveis. Quando, por fim, a derrota das ilusões se abate sobre a academia, é um pouco como se um tempo que teimava em não passar acabasse por morrer. Quanto ao futuro... ele irá estar nas mãos de outras vanguardas, portadoras de outras concepções do mundo, de outras formas de actuar, quer na academia, quer na sociedade.

ou na acção. Chamem-lhe nomes: a *Liberdade* prosseguirá.» (V. *Liberdade*, n.º 22, de 28 de Outubro de 1928, p. 1.)

⁴⁴ Sobretudo a partir de 1929, começa a fazer-se notar no meio universitário a influência da Juventude Comunista. Sobre este fenómeno v. J. Arsénio Nunes, «Sobre alguns aspectos da evolução do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)», in *Análise Social*, n.ºs 67-69, de Julho a Dezembro de 1981, pp. 719-728.

⁴⁵ A propósito dos acontecimentos de 1931 escutemos o testemunho de um protagonista, Vasco da Gama Fernandes, então estudante da Faculdade de Direito de Lisboa:

Era aliciante e em cheio a minha actividade: estudava como podia, tomava parte em reuniões públicas, uma delas no Centro Republicano Dr. António José de Almeida, sob a presidência de Norton de Matos [...] conspirava com estranhos e com companheiros da Faculdade [...] empenhados na organização dum Batalhão Académico [...] Foi precisamente nessa ocasião que se deu a revolta da Madeira e nos Açores, com implicações frustes em Angola e na Guiné. Oficiais republicanos, deportados nas ilhas, sob o comando do impoluto general Sousa Dias, ocuparam as posições estratégicas e aliciaram o entusiasmo das populações. Dado que a revolução não era secundada, como era de esperar, na metrópole, os rapazes do Batalhão e outros poucos romperam no assalto à Faculdade de Direito, invadiram as suas salas, despejaram as carteiras pela janela, fizeram frente a dois ou três reacccionários mais decididos e, perseguidos pela polícia, entrincheiraram-se na Faculdade de Medicina [...] [V. da Gama Fernandes, *Depoimento Inacabado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974, pp. 29-41.].

⁴⁶ Sobre o papel desempenhado pelos estudantes no processo que conduziu à implantação da República em Espanha, em 1931, v. Shlomo Ben-Ami, «La rébellion universitaire en Espagne (1927-1931)», in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t. XXVI, Julho-Setembro de 1979, pp. 365-390.